

A CONQUISTA DA POPULAÇÃO E O DOMÍNIO COLONIAL HOLANDÊS

Maj Eng QEMA
JORGE FELIO

INTRODUÇÃO

É fato sabido, e muito tem-se escrito a respeito, que "a História se repete". Repetem-se os processos de fermentação e erupção dos movimentos populares, responsáveis por mudanças às vezes enormes na estrutura das nações. Até meados do século passado, esses movimentos surgiam, evoluíam, ditavam mudanças e saíam de cena sem que fôsse estabelecido o mecanismo do seu processo evolutivo. Não brotava assim, para o conhecimento generalizado de dirigentes e governantes, o extraordinário valor da população no âmago de todos esses movimentos.

E continuava-se a agir pela intuição. O sucesso ou fracasso de uma pessoa em função de mando dependia de suas qualidades individuais; principalmente, da sua capacidade de entender os reclamos do povo, pesar as suas justezas e de agir com o objetivo de conquistar-lhe o respeito, a simpatia e a cooperação, ao mesmo tempo em que atendia aos interesses inerentes à função que desempenhava.

Hoje, a compreensão do tema é bem diversa consequência, particularmente, dos seguintes fatos:

— o estudo e metodização dos processos revolucionários, realizados pelos teóricos marxistas-leninistas, que mostraram a força das massas na evolução da humanidade;

— o esforço exigido às populações durante a Primeira Guerra Mundial, em forma de apelos nacionalistas de defesa do país e, em contrapartida, de promessas de completa justiça social depois da guerra, de que resultou uma tomada de consciência nas nações da necessidade de ser promovido o bem-estar social no seio das populações.

Por esses e por muitos outros fatores, é axiomático, nos dias atuais, a aceitação, pelas classes dirigentes, da necessidade que têm de contar com o apoio da população para a boa conduta da função de que se acham investidas.

A HISTÓRIA

No Brasil, durante o domínio colonial holandês, encontramos uma exuberante demonstração do valor desse apoio a que nos vimos referindo, ao rememorarmos o que foi aquêlê domínio no nosso Nordeste antes de Nassau, durante o governo de Nassau e após a sua partida.

Em 1630, conquistados Olinda e o pôrto de Recife, puderam os holandeses estabelecer a sua base terrestre e partir para o cumprimento de seus designios: a exploração econômica da região canavieira do país, em benefício dos acionistas da Companhia das Índias Ocidentais e do governo holandês. Se haviam êles cogitado, além da parte econômica, das necessidades militares para obterem sucesso na empresa, deixaram, por outro lado, de estabelecer uma política de governo que amparasse os habitantes locais e os conquistasse para a sua causa.

De modo que, o sucedido a partir do momento em que Matias de Albuquerque, considerando perdida a sua capital, se instalou com sua gente no Arraial de Bom Jesus, foi o surgimento de uma verdadeira guerra de resistência, que se prolongou até 1637. Realizando constantes investidas, êles obrigavam os invasores a uma vigilância intensa e dificultavam extremamente a liberdade de movimento destes. Assaltos periódicos prejudicavam o funcionamento dos engenhos de açúcar, não permitindo aos holandeses a obtenção dos lucros almejados.

E não fôra a cooperação isolada e excepcional de um natural do país, grande conhecedor da região, um excelente gulo, portanto, como foi o caso conhecidíssimo de Calabar, não teriam logrado os holandeses aquêlê sucesso parcial que foi ter conseguido forçar Matias de Albuquerque, em 1635, a abandonar o Arraial e retirar-se para Alagoas, levando seus soldados e os moradores que o quiseram seguir.

Porém, como nada tinha sido feito para a conquista da cooperação leal e franca da população, na área militarmente dominada, o movimento de resistência não desapareceu.

Em 1636, ressurgiram as guerrilhas. Inicialmente, pelas tropas do Conde de Bagnuolo e logo depois continuadas pelas gentes do índio Felipe Camarão, do negro Henrique Dias e do branco André Vidal de Negreiros. Bandos armados apareciam onde menos esperavam os holandeses, realizando incursões em várias capitânias do Nordeste, de que resultavam fazendas arrasadas e engenhos e canaviais devastados pelas chamas.

Nessas investidas, é curioso destacar, os naturais e portugueses se aproveitaram, com inteligência, da tática indígena de luta, caracterizada pelo emprêgo de pequenos grupos armados, adequados ao terreno na área nordestina, em contraposição às tropas holandesas,

pesadas, adotando formações cerradas e emassadas, de acôrdo com a doutrina dos exércitos europeus na época. Em consequência, os insucessos se sucediam no lado holandês.

Tudo fazia crer que a Companhia das Índias Ocidentais estava fadada ao fracasso. Para aquêles dirigentes e acionistas do Velho Mundo, os prejuizos estavam sendo elevados e ameaçavam ser totais. Urgia encontrar alguém que aliasse qualidades de talento político e virtudes militares, a fim de encontrar a solução que viesse fazer sobreviver a empresa ultramarina, tão combatida e desesperançada.

Da procura surgiu o Conde João Maurício de Nassau. Este chegou ao Brasil em 1637.

Deparando-se com problemas os mais variados e complexos, urgia, de início, fazer uma demonstração de força, que deixasse bem claro diante dos adversários do domínio holandês o valor e a resolução do novo governador. Era preciso arrefecer-lhes o entusiasmo. A oportunidade apresentou-se em Pôrto Calvo, onde Bagnuolo foi batido com cerca de 4.000 portugueses e nativos.

Mais do que o valor militar da vitória, o que interessava particularmente a Nassau era assumir o contróle efetivo da área, inspirando simpatia que ensejasse a cooperação de todos e demonstrando nobreza de caráter que motivasse admiração, para, através desta, alcançar acatamento leal e sincero. Sob esse ângulo, são perfeitamente compreendidas suas atitudes de poupar Pôrto Calvo do saque e da destruição, naturais na época, naquelas circunstâncias, bem como de admitir, à sua mesa, os oficiais feitos prisioneiros.

Iniciando a sua obra de govêrno, que iria durar 7 anos, Nassau começou por impor uma completa reforma administrativa, estruturando os diversos setores de direção a fim de adequá-los às necessidades do momento. Por outro lado, campeando a desordem e a indisciplina nos centros populacionais, cuidou de pôr termo a esse estado de coisas, por meio de medidas enérgicas e até mesmo drásticas, pois várias sentenças de morte foram lavradas e ordens de expulsão foram expedidas contra autores de roubos e outros delitos maiores.

Paralelamente, adotou diversas medidas de grande significação humana, nos setores de saúde pública e assistência social, visando, pela proteção aos habitantes locais, conseguir deles a soma de esforços necessária ao soergulmento econômico da empresa holandesa. Proclamação concitando àqueles que se haviam afastado da Capitania a retornarem aos seus antigos afazeres foi distribuída por toda parte, nela sendo incluídas promessas de liberdade de crença, restituição de propriedades e de inteira igualdade de direitos, em relação aos holandeses.

Para estreitar relações com os seus oponentes, criou a Câmara de Escabinos, para julgar questões civis e criminaes, contando no seu seio com igual número de portugueses e holandeses.

A nossa História do Brasil é pródiga nos exemplos das inúmeras realizações do Príncipe Mauricio de Nassau que tanto contribuíram para a obtenção de um clima de tranqüilidade e sossêgo público e para reanimar a vida econômica da Colônia, nos campos, nas fazendas, nos portos e nas feiras do interior, tudo isso fruto da confiança que os portugueses e naturais do país adquiriram em relação ao governador.

A obra de Nassau pôde, assim, ostentar uma perfeita integração em todos os campos do poder, permitindo-lhe apresentar, em favor da Companhia a que servia, os maiores lucros e, para os seus governados, oferecer um ambiente de tranqüilidade e prosperidade.

Ao fim dos cinco primeiros anos de governo, era êsse o quadro promissor do domínio holandês no Brasil, com os elementos populares e tôdas as classes sintonizados com as ações do governador.

Mandava, porém, a prudência, que não fôsse descurada a base militar responsável pela segurança do regime, porquanto nenhum "status" sobrevive indefinidamente e tôda máquina governamental deve estar preparada para fazer face às pressões que fatalmente hão de ocorrer. No caso de Nassau, as principais forças atuantes contra o seu governo tiveram origem, principalmente, no endividamento de plantadores portugueses, sendo a maior credora a própria Companhia das Índias Ocidentais. Nada mais conviria àqueles, portanto, do que uma revolução que os libertasse dos compromissos que a esta os prendiam. Outras forças contrárias foram os descontentamentos religiosos, pois a conciliação de crença, entre católicos e protestantes, nunca pôde ser obtida, apesar dos esforços feitos nesse sentido; o repúdio à violência, gerador do sentimento de revolta que dominou os habitantes da Capitania do Maranhão, após terem sido vítimas de saques e depredações praticadas pelas tropas de um inescrupuloso comandante holandês; finalmente, o sentimento nacional redivivo após a libertação de Portugal do jugo espanhol, em 1640.

Por outro lado, a situação moral entre as tropas holandesas era bastante precária. Havia soldados da Companhia e soldados do governo, e estes não se sentiam no dever de emprestar irrestrita obediência à direção da Companhia, exercida por homens que eram vistos primariamente como meros pagadores. Dêsse modo, a unidade de comando ficava prejudicada, pois que, na realidade, existiam duas tropas distintas, com reflexos altamente negativos no bom desenvolvimento das ações militares.

Nassau fêz várias solicitações visando à obtenção de recursos para melhorar o moral de suas tropas e reforçar o efetivo existente. Mas, a Companhia a que servia tinha em mira, antes de mais nada,

a conquista de lucros comerciais e, por que vinha considerando excessivos os gastos realizados pelo governador em benefício da comunidade, em obras públicas ou de benemerência, não deu os recursos e reforços solicitados. Muito pelo contrário, mandou que fosse reduzido o efetivo militar.

Somente o prestígio que gozava o governador no seio da população e a sua atuação pessoal, conciliando, ajudando, reprimindo, impediram o aparecimento, desde logo, de conseqüências sérias, ante a má política da Companhia holandesa. Os desentendimentos entre esta e o seu preposto, porém, evoluíram-se com o correr do tempo, culminando com o afastamento do Príncipe para a Europa, em maio de 1644.

Mãos inábeis de três ambiciosos holandeses passaram a conduzir os destinos do domínio colonial no Brasil e, em pouco tempo, estava desfigurado aquele clima de trabalho e otimismo, tão a custo conseguido encontrar anteriormente. Os novos dirigentes da Companhia, adotando a violência como norma para obrigar os devedores, entre os quais a maioria dos plantadores, proprietários de engenho e comerciantes, a saldar suas dívidas, ensejando o confisco e o seqüestro indiscriminados, alarmaram de tal modo a população, que pouco empenho foi necessário fazer para o ressurgimento do movimento de resistência, por parte daqueles que desejam o encaminhamento dos fatos dessa maneira. André Vidal de Negreiros, novamente em cena, desta feita encontrou em João Fernandes Vieira, próspero plantador das proximidades do Recife, um poderoso e ativo recrutador e condutor de homens. Henrique Dias e Felipe Camarão também ressurgiram.

Só muito tardiamente o Alto Conselho holandês compreendeu a grande perda que sofrera quando, por inabilidade e ignorância, deixou de desfrutar do apoio da população local. Ainda tentou readquirir a confiança e o prestígio perdidos. O vazio entre as duas partes já era, porém, muito grande e, promessas, proclamações e concessões de anistia não surtiram os efeitos desejados.

O campo de luta se alastrou e duras conquistas foram obtendo os patriotas nacionais até que, em 1654, foi marcado o final do domínio colonial holandês no Brasil, com a entrada triunfal de Vieira no Recife.

CONCLUSÃO

Entre os vários ensinamentos que podem ser tirados dos fatos narrados, convém destacar os seguintes:

— a conquista holandesa no Brasil não se firmou enquanto a população não adquiriu a consciência de que o governo holandês era

capaz de proporcionar o seu sossego e bem-estar e estava dando provas disso;

— conduta firme, tolerante e perseverante de um dirigente atento aos problemas que o cercam, sem evidenciar sinais de fraqueza, responde em alto grau pelo sucesso da administração, mas não é tudo;

— o apoio superior a quem estão cominadas atribuições de mando deve ser manifestado em plenitude e a unidade de propósitos entre as duas partes é essencial ao sucesso;

— a existência de uma causa de desassossego público, cuja gravidade e prolongamento convença a uma ponderável parte da população, da necessidade de mudar, como única esperança de melhoria nas condições vigentes, conduz fatalmente o povo a uma sublevação.

Resta acrescentar, que não basta conhecer normas de conduta, exemplos ou princípios generalizados para ser alcançado o sucesso. O essencial é reconhecer, com clarividência e bom senso, a chegada da oportunidade para a aplicação dos recursos disponíveis e empregá-los, sem perda de tempo, com a firme convicção de que está sendo feito o melhor possível.

* * *

BIBLIOGRAFIA

- O DOMINIO COLONIAL HOLANDES NO BRASIL, de Hermann Watjen
- FORMAÇÃO DA NACIONALIDADE BRASILEIRA, de Lysias A. Rodrigues
- CIVILIZAÇÃO HOLANDESA NO BRASIL, de José H. Rodrigues e Joaquim Ribeiro
- PEQUENA HISTÓRIA DO MUNDO CONTEMPORANEO, de David Thomson
- MOVIMENTOS REVOLUCIONARIOS E DEFESA INTERNA — Nota Suplementar — Trabalho I/1.03.2 — ECIEME.